

O carcereiro da grade de ferro

Resenha (review) de 'Carcereiros', de Drauzio Varella

Luiz Claudio Lourenço

Professor da UFBA

O Carandiru, como era conhecida a antiga Casa de Detenção de São Paulo, foi o maior e talvez o mais complicado presídio em toda a América Latina durante o século XX. No auge da superlotação, suas dependências chegaram a abrigar mais de oito mil internos nos pavilhões, que contavam com regras e sociabilidade particulares muito bem definidas. Esse é o cenário novamente escolhido por Drauzio Varella para reportar mais de suas experiências profissionais como médico voluntário em prisões.

Diferentemente de *Estação Carandiru*, primeiro livro do autor, no qual o médico privilegiou os relatos dos internos, em *Carcereiros* são os funcionários, em especial os agentes penitenciários, os protagonistas das narrativas. Nessa nova visita à cultura prisional da Detenção, Varella surpreende ao mostrar as inúmeras e inesperadas facetas dos agentes. Sem preconceitos e exercendo bem a relativização cultural, o profissional da saúde consegue se colocar em um patamar muito próximo de seus observados para relatar suas agruras, estratégias, trapaças, perversidades, riscos e humor.

A estratégia descritiva mistura observação direta, feita quando o autor prestou serviços na instituição e em outros presídios, ao lado de muitos agentes, e as narrativas colhidas durante os contatos mantidos regularmente com um grupo que chamou de “Conselho dos Cachaceiros” (em analogia ao Conselho Penitenciário). Esse “conselho” era formado por tarimbados agentes penitenciários e diretores de segurança que trabalharam expressivas partes de suas vidas dentro da Casa de Detenção de São Paulo e se tornaram amigos pessoais de Varella, encontrando-se com ele em mesas de bar com periodicidade quinzenal. Foi o compartilhar de copos de cerveja em bares ao longo de anos que possibilitou um convívio ainda mais próximo e fraternal entre o médico e os agentes. Com isso, os carcereiros expuseram fatos que talvez não fossem narrados em um ambiente mais sóbrio ou em uma interação explícita entre pesquisador e pesquisados.

Com a escrita direta e envolvente de quem narra a vida de velhos amigos, o médico enlaça bem a atenção do leitor. A cada novo capítulo uma nova porta é aberta, revelando ambientes, personagens e relações do interior dos muros do cárcere. Varella consegue descortinar partes muito interessantes dessa sociedade particular com suas regras de sociabilidade específicas e institucionalizadas, próximo do que Gresham Sykes (1958) sabiamente conceituou há mais de cinco décadas como a “sociedade dos cativos”.

No início da obra, o autor constrói uma tipificação dos carcereiros a partir de algumas características indelévels: o perfil dos agentes é, a um só tempo, “homogêneo e diverso”. Diverso no que se refere às compleições físicas e à aparência, mas homogêneo quanto à origem social: “[P]raticamente todos pertencem a famílias em que os filhos começaram a trabalhar cedo” (VARELLA, 2012, p. 29). Assim, constata o que outros estudos já mostraram: trabalhar na prisão não é vocação para a maioria, mas uma opção possível, associada muitas vezes à estabilidade de ingressar no funcionalismo público (LOURENÇO, 2010).

Donald Clemmer (1940), em uma obra pioneira, percebeu que o interno ingressando pela primeira vez em uma prisão passa por um processo de assimilação de valores e comportamentos, que nomeou “prisionização”. Pode-se afirmar que, em um processo similar, a prisão também marca o comportamento e a vida de quem nela trabalha, fazendo com que seus funcionários, sobretudo os agentes penitenciários, devido a sua proximidade e contato com os internos, também passem a assimilar a cultura prisional (LOURENÇO, 2010). Varella oferece inúmeros exemplos de que quem bate a tranca da cela não pode se comportar inadvertidamente nem nas ruas nem na cadeia: há que se ter “procedimento”. Ao descrever como um grupo de meia dúzia de agentes conseguia manter em ordem um pavilhão com mais de 1.500 internos, o médico afirma: “Para tão poucos controlarem tantos, é preciso conhecer as leis do crime, entender o funcionamento da cadeia, a dinâmica e o impacto do encarceramento na mente humana” (p. 40).

Entre as qualidades adquiridas pelos carcereiros no desempenho de seu labor, o autor destaca a capacidade de observação. Os agentes têm “a desconfiança como ferramenta de trabalho” (p. 100), conseguem observar a cadeia de maneira muito minuciosa, mas disfarçadamente, tanto assim que, à primeira impressão, pode-se até achar que sustentam um ar *blasé*. Em síntese, “comportam-se como montadores de quebra-cabeças a encaixar as peças que se ajustam, sem perder de vista as que estão soltas” (Idem).

Para quem lida com internos violentos aprisionados em condições precárias, o cotidiano acaba estabelecendo uma pedagogia de estratégias de sobrevivência, trazendo também sequelas à saúde. Uma das mais observadas pelo médico foi o alcoolismo. O uso regular de bebida alcoólica é feito para relaxar e esquecer o árduo cotidiano. Segundo Varella (p. 116), “muitos eram abstêmios ou bebiam muito pouco antes da cadeia”. Contudo, o trabalho carcerário os transforma dramaticamente e eles passam a beber muito e com tamanha desenvoltura que “cerveja para eles é [era] quase um refrigerante” (Idem).

A constatação presente em uma série de narrativas envolvendo a negociação de rebeliões, inclusive com reféns, reportadas na obra, evidencia o quanto o trabalho carcerário tem que ser executado com habilidade performática pelos agentes de segurança. Segundo um dos personagens do livro, em um evento com reféns “de cara é preciso assumir o controle da situação, deixar claro quem está no comando. Demonstrar insegurança, medo ou fraqueza é colocar tudo a perder” (p. 170). Essa passagem mostra com clareza o quanto é emocional e performático o trabalho na prisão, observação similar ao que a antropóloga inglesa Elaine Crawley fez em prisões britânicas em um estudo com agentes penitenciários (CRAWLEY, 2004). Em outro trecho exemplar do quanto o trabalho na carceragem exige, em seu drama cotidiano, elementos de atuação e, ao mesmo tempo, comporta uma expressiva e pesada carga emotiva, Varella relata o ingresso de um agente novato:

Naquele ambiente havia de endurecer o coração, não cabiam sentimentalismos, embora fosse inevitável sentir pena de alguém, demonstrá-lo seria considerado manifestação de fraqueza que demonstrava liberdades e atitudes indesejáveis (p. 66).

No livro também se percebe a clara intenção de dignificar muitos dos personagens e situações descritas e isso grifa um aspecto que pode incomodar os leitores: a adjetivação um tanto melancólica e romântica com que o autor fraseia as narrativas. Contudo, saudosismo nas narrativas também serve para apontar interessantes características mais interpessoais que marcavam as relações carcerárias: a palavra empenhada, os signos de honra e lealdade entre os carcereiros em um universo marcado pelo compromisso firmado olho-no-olho.

O Carandiru representou muito bem um modelo carcerário com suas regras feitas e seguidas tanto por internos quanto por funcionários, ambos compartilhando muitas vezes a mesma preocupação: a manutenção da ordem interna. Segundo Varella,

o que a comunidade esperava das autoridades penitenciárias era que os problemas criados no interior da cadeia fossem circunscritos às muralhas; os meios empregados não eram da conta de ninguém, contanto que não viessem a público (p. 194).

O mundo retratado por Drauzio Varella e as dramáticas narrativas dos carcereiros, umas heroicas, outras trágicas e algumas desonrosas, são apresentados como algo que atualmente já não teriam mais espaço para ocorrer no sistema prisional paulista. Tinham lugar, segundo o autor, porque até duas décadas atrás pouco importava o que viesse a acontecer dentro das cadeias. Isso se modificou radicalmente com o episódio do Massacre do Carandiru. A partir de então, tudo o que se via na Casa de Detenção passou a ser exibido em matérias jornalísticas em rede nacional. Foi também depois do massacre que o Primeiro Comando da Capital (PCC) nasceu, ganhou espaço e conquistou poder. A saída política para evitar a superexposição das mazelas do mais complexo presídio das Américas foi transferir os presos e demolir a cadeia toda. De acordo com o autor (p. 196), “a decisão de implodir o Carandiru foi fruto da má notoriedade adquirida. Ao contrário de épocas anteriores, agora tudo o que lá acontecia virava manchete no noticiário”).

De fato, hoje, em São Paulo, com a hegemonia do PCC e com as medidas que o Estado vem tomando para enfrentá-lo, há pouca margem para o poder discricionário dos carcereiros. Mas é muito plausível e verossímil ler as narrativas e pensar, analogamente, em outros contextos prisionais ainda presentes em nosso país. O improvisado, o despreparo e a violência do trabalho carcerário durante os anos de existência do Carandiru possivelmente ainda perduram em inúmeras carceragens de norte a sul do Brasil.

De comum entre a época do extinto presídio e hoje em todo o sistema prisional brasileiro, algumas certezas permaneceram retratadas, nos capítulos intitulados “Implosão” e “Fábrica de ladrões”. Nesses dois textos, o médico, a partir de sua experiência, tece algumas reflexões, algumas das quais já observadas por outros autores na área dos estudos prisionais e da sociologia do castigo. Relata que “a sociedade faz questão de ignorar o que se passa no interior dos presídios”, e que, continua, “tem lógica: se todos concordam que a finalidade é apenas castigar os que cometeram delitos, por que haveria interesse em assegurar condições mais dignas de aprisionamento?” (p. 193). Essa indagação faz todo o sentido

quando pensamos a partir dos horizontes teóricos fornecidos por pensadores como David Garland, que nos apresenta, no mundo ocidental, a partir do caso inglês e americano, a passagem de um modelo de aprisionamento calcado na reforma do indivíduo sumariamente suplantado nas últimas décadas por um modelo que visa antes de tudo punir os delituosos (GARLAND, 2008).

Nas últimas páginas do livro, o autor faz um exercício de autorreflexão interessante: ao analisar como a prisão o afetou durante os anos de trabalho como médico, Varella chega à conclusão de que, sem ter passado pelo Carandiru e todas as experiências lá vividas, apenas “faria uma ideia muito mais rasa da complexidade da alma humana” (p. 224). Também reporta a angústia de ter presenciado fatos tão insólitos e poder dialogar abertamente sobre eles apenas com as poucas pessoas que fazem parte do universo prisional:

Podemos contar casos e comentar certos acontecimentos, mas aconselhar-nos, expor dilemas, contradições, perplexidades e as angústias que nos afligem na convivência com os detentos só tem sentido quando o interlocutor conhece o meio em que vivem os criminosos e as leis que regem as prisões. Sem o domínio dos mesmos códigos não há diálogo possível (p. 224)

E completa, na mesma página:

Estranho ter consciência de que uma parte de sua experiência, logo a de maior conteúdo dramático, precisa ser mantida em segredo para as relações com pessoas íntimas avessas ao mundo da marginalidade.

Quando passamos em revista todos os capítulos que compõem as 226 páginas do livro, é fácil admitir o pressuposto weberiano de que a realidade social é inesgotável. Há muito ainda a se dizer sobre o trabalho carcerário e sobre quem o exerce e o livro não esgota o assunto, antes o apresenta e nos convida à reflexão. Com isso, a obra, além de trazer ao público uma perspectiva pouco explorada quando se trata de trabalhos sobre prisões, também abre muitas possibilidades para aqueles interessados em pesquisar esse tema, suas múltiplas questões e esse objeto de estudo tão fascinante que são os carcereiros (agentes penitenciários).

Referências

- CLEMMER, Donald. (1958), *The Prison Community*. Nova York, Holt Rinehart and Winston.
- CRAWLEY, Elaine M. (2004), “Emotion and Performance: Prison Officers and the Presentation of Self in Prisons”. *Punishment & Society*, Vol. 6, nº 4, pp. 411-427.
- GARLAND, David. (2008), *A cultura do controle: Crime e ordem na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Revan.
- LOURENÇO, Luiz Cláudio. (2010), “Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da Região Metropolitana de Belo Horizonte”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 13, nº10, pp. 11-31.
- MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de. (2005), *Punição, encarceramento e construção de identidade profissional entre agentes penitenciários*. São Paulo, IBCCRIM.
- SYKES, Gresham M. (2007 [1958]), *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison*. Nova York, Princeton University Press.

RESENHA DE: VARELLA, Drauzio. (2012), *Carcereiros*. São Paulo, Companhia das Letras.

LUIZ CLAUDIO LOURENÇO (luiz.lourenco@uol.com.br) é professor adjunto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), secretário-geral da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e vice-coordenador do Laboratório de Estudos em Segurança Pública, Cidadania e Solidariedade (Lassos). Tem doutorado em ciência política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e mestrado e bacharelado em ciências sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).